

Relatório sobre o III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas, realizado de 26 a 29 de agosto de 2013, em Ouro Preto

1. Formação em Educação Ambiental para a Gestão de Águas – Desafios e Perspectivas

Dinâmica de apresentações: de onde venho e expectativas “Doncovin, Oncotô e Proncovô”: essa dinâmica consistiu na formação de duplas nas quais cada um se apresentou e contou um pouco sobre a instituição e o comitê de bacia que representa e sobre suas expectativas em relação ao evento. Depois, cada dupla se apresentou para outra dupla, cada grupo de 4 com mais 4 e dois grupos de 8 se apresentaram entre si. Trata-se de uma dinâmica interessante de apresentação e integração.

Diálogos de contexto: Suraya Modaelli (CTEM/CNRH) e Franklin Jr. (MMA) explicaram que os Encontros Formativos Nacionais são realizados no contexto do Processo Formativo do Programa IV do Plano Nacional de Recursos Hídricos, sendo que o primeiro ocorreu em 2009 em Salvador e o segundo em 2011 em Bento Gonçalves. Joema Alvarenga (CBH-Doce) explicou que junto com este encontro formativo, ocorre o I Encontro de EA e Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce. Foram apresentados os objetivos do encontro, a programação e estabelecidos acordos de convivência.

2. Abertura oficial do evento

Diversas autoridades convidadas fizeram seus pronunciamentos e foi realizado o lançamento do livro “Política de Águas e Educação Ambiental: Processos Dialógicos e Formativos em Planejamento e Gestão em Recursos Hídricos – Versão Ampliada – 3ª Edição”. Cabe comentar que neste livro há um capítulo denominado “Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ: 10 anos de história”, escrito coletivamente pelas coordenações da CT-EA (atual e antigas).

3. Investigação Apreciativa – A Educação Ambiental faz a diferença na GIRH

Fala de contexto: Apolo Heringer Lisboa – CBH Velhas

Apolo falou sobre o Projeto Manuelzão, que foi criado na década de 1990 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG que buscaram romper com o pensamento disjuntivo e reducionista, dominante na sociedade. Ele contou que a lógica do projeto é lutar por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente assistencialista.

Realizou diversas reflexões sobre a educação ambiental e gestão de recursos hídricos. Sugeriu que os discursos das autoridades fossem realizados no final do evento, não no início, e que estas participassem do evento. Disse que muitas vezes os discursos estão completamente alheios à prática e que “A pior coisa é o amor falso, inclusive ao rio”. Afirmou que as pessoas estão anestesiadas e que todos dizem que querem proteger o rio, mas muitas vezes suas ações são contrárias a esse objetivo.

Declarou acreditar na importância dos comitês de bacia hidrográfica e defendeu que “falar a verdade” é fundamental. Demonstrou preocupação com a possibilidade de se ter comitê e agência fortes e, ao mesmo tempo, os rios estarem péssimos e não haver uma ligação de uma coisa com outra. Também chamou a atenção para que se evite que o poder seja exercido pela agência, invertendo a lógica e fazendo com que as agências dirijam os comitês. Disse que as agências devem auxiliar os comitês, sendo seus braços executivos, e não o contrário, e que se deve tomar muito cuidado para não transformar a gestão das águas em trabalho de consultorias, de empresas, sem contato com a comunidade.

Defendeu que é fundamental que, no comitê, todos defendam o rio e não seu próprio segmento. Também denunciou que muitas vezes se pensa em uma bacia hidrográfica como uma “caixa d’água” e não como algo vivo, e que muito do que se diz na gestão dos recursos hídricos é em defesa da economia, não do rio.

Falou da importância de incluir o povo nos comitês e denunciou que às vezes os comitês “parecem o parlamento brasileiro” ou tornam-se “órgãos de reunião”, sem fazer a gestão das bacias, sem ter poder de decisão.

Chamou a atenção para a importância de se evitar que as pessoas se decepcionem com as lideranças dos comitês e de se buscar solucionar os conflitos relativos aos recursos hídricos de forma coletiva. Ele confessou ter medo do que os comitês “podem virar” caso se tornem instâncias burocráticas e técnicas que não dialoguem com a sociedade, não estejam engajados na mudança do paradigma e acabem por legitimar soluções apenas técnicas, sem uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento e a complexidade do mundo. Falou da importância do pensamento complexo, que supera tanto o reducionismo (que vê o mundo como soma das suas partes, sem interação) quanto o holismo (que só vê o todo, sem olhar para as partes). Com isso, disse que as soluções a serem adotadas para a boa gestão de recursos hídricos não se limitam a questões tecnológicas, mas dependem de mudanças paradigmáticas referentes a repensarmos nossa forma de nos organizarmos e lidarmos com o mundo. Comentou que o colapso das grandes civilizações ocorreu no seu auge por causa da incapacidade de gerir a complexidade.

Refletiu também sobre a “infantilização da sociedade”, um movimento de buscar manter as crianças/adultos obedecendo às regras pré-estabelecidas (sociais, políticas, culturais, econômicas...), sem questioná-las, de forma a não desenvolver o senso crítico e não buscar a transformação da realidade.

Defendeu a importância de se usar o tema “água” como gerador das reflexões, pois ele tem relação com “tudo” (biodiversidade, solo, atividades econômicas, práticas culturais, etc.), “traz notícia do que ocorre na bacia”, já que “os espelhos d’água mostram nossa cara”. Assim, a transformação da realidade vai refletir na água.

Também falou da importância da participação dos movimentos sociais nos comitês, do estabelecimento de metas fáceis de todos entenderem (como a existência de peixes, a balneabilidade...) e da compreensão da relação entre água e saúde.

Experiências emblemáticas: dinâmica em grupos, apresentação de experiências e síntese da investigação

Em duplas, as pessoas compartilharam experiências sobre a água que foram significativas em suas vidas e escolheram uma história para contarem em grupos de quatro. Foi feito o mesmo procedimento em grupos de 4, de 8 e de 16. Dessa forma, cada grupo de 16

escolheu uma história para ser contada em plenária. Foram contadas diversas histórias, incluindo relatos sobre a relação de tribos indígenas com a água e os impactos que têm sofrido devido ao “desenvolvimento” econômico predatório (algumas lideranças indígenas participaram do evento), relatos de mobilização social para a transformação das condições dos recursos hídricos, etc.

Foi uma dinâmica interessante de troca de experiências, a qual é aplicável a diferentes contextos.

4. Dinâmica em Grupo e socialização das discussões dos eixos temáticos

Os participantes dividiram-se em quatro eixos temáticos: “Comunicação Social”, “Mobilização e Participação Social”; “Água: Matriz Ecopedagógica e Cultural”; e “Capacitação Técnica e Política”. Participei do eixo de comunicação social, coordenado por Mônica Borba (5 Elementos/REPEA/REBEA) e Cláudia Dianni (ANA).

Nesse eixo, escolhemos alguns públicos prioritários para ações de comunicação social nos comitês e cada grupo desenvolveu uma matriz bastante simples de plano de comunicação para aquele grupo, contendo a problematização da questão, os produtos/atividades e os resultados esperados. Os públicos priorizados foram: produtores rurais/pescadores, escolas, mídias e representantes dos comitês.

O grupo de escolas destacou a importância dos comitês desenvolverem cursos de formação para professores, que valorizem os conhecimentos e experiências que os mesmos possuem. Defendeu que a formação dos docentes é a melhor forma de os comitês trabalharem com o público escolar, pois são eles os grandes agentes multiplicadores. Disse que não basta transmitir conhecimentos aos professores, nem distribuir materiais didáticos prontos, como se eles nada soubessem, é preciso utilizar metodologias que permitam a troca e a construção coletiva.

O grupo de mídias discutiu a importância de se utilizar as diversas mídias e de buscar não só transmitir informações, mas envolver os públicos na própria construção de produtos de comunicação, valorizando a educomunicação (as pessoas como sujeitos do processo comunicativo, não só como receptores passivos).

O grupo de produtores rurais/pescadores falou sobre a pertinência de se trabalhar este público e buscar formas de aproximação com ele, inclusive o rádio. Utilizar estratégias comunicativas que atinjam e envolvam esse público, inclusive respeitando e valorizando a sua própria dinâmica, chegando nas Igrejas, nas associações, nos lugares nos quais eles se reúnem.

O grupo de representantes dos comitês destacou a importância de uma educação ambiental (que inclui trabalhos de comunicação) com os representantes dos comitês, pois muitas vezes os próprios membros do comitê não entendem a importância da educação ambiental na gestão de recursos hídricos, não entendem o que é comitê e qual o seu papel naquele espaço.

As coordenadoras do eixo temático citaram a experiência do “ecomapa”, que consiste no mapeamento da participação dos participantes dos comitês na gestão dos recursos hídricos. Além da presença nas reuniões, a ferramenta permite avaliar o grau de participação efetiva dos membros. Contaram que a aplicação dessa ferramenta em um comitê permitiu verificar que uma pessoa que estava sempre na reunião, há anos, nunca havia contribuído no processo: entrava e saía calada. Com isso, buscou-se saber o motivo e foi constatado que a instituição cobrava que ela participasse, mas nunca pedia nenhum tipo de retorno sobre a participação. As organizadoras destacaram que o intuito não é culpabilizar o indivíduo, mas identificar as falhas e estimular uma participação mais ativa de todos. Nesse comitê onde a metodologia foi utilizada, eram exibidos, nas reuniões, os mapas de participação

("ecomapas"). Quanto mais próximo ao centro do mapa, mais efetiva a participação da instituição.

Após a realização das atividades nos eixos temáticos, os resultados de cada uma delas foram socializados em plenário:

- Participação e mobilização: Iracema Ferreira de Moura, da Secretaria Geral da Presidência da República, informou que se encontra em consulta pública até o mês de outubro a Política Nacional de Participação Social, disponível no site <http://psocial.sg.gov.br/politica-nacional>. Ela falou da importância de todos participarem, de se buscar alternativas para o custeio da participação dos representantes da sociedade civil no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (comitês, conselhos, etc.) e de se desenvolver capacitações para acessar recursos para projetos relativos aos recursos hídricos.
- Capacitação Técnica e Política: Taciana Leme, gerente de capacitação da Agência Nacional de Águas (ANA), identificou, na atividade, as seguintes demandas de capacitação: legislação, competências do comitê, instrumentos de gestão dos recursos hídricos, representação/representatividade, planejamento estratégico, planos de recursos hídricos, cursos para captação de projetos, sentidos da água para os diferentes atores, capacitação para a área rural e a fiscalização. Destacou que não basta ofertar cursos, que é preciso conquistar as pessoas para participar da capacitação, aproveitar as redes sociais, o Fórum Nacional dos CBHS para divulgar... Ela apresentou o programa de capacitação da ANA, que conta com mais de 17 mil vagas, desde capacitações mais técnicas, mobilização, capacitação... São cursos de 4 a 320h, presenciais, à distância e semi-presenciais. O maior projeto de capacitação é o "Água – Conhecimento para Gestão", que consiste em um convênio celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA, Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil e Itaipu Binacional para o desenvolvimento de ações de comunicação, difusão, mobilização social, capacitação e educação para a gestão de recursos hídricos no Brasil e demais países da América Latina. São cursos de capacitação complementar, além de ferramentas de educomunicação. Este projeto prevê 10 mil vagas, com 24 cursos até 2015. Mais informações: www.aguaegestao.com.br.
- Água: Matriz Ecopedagógica e Cultural: Vera Catalão, da UNB, disse que a atividade trabalhou a sensibilização. Apresentou os resultados das questões respondidas pelos grupos: 1 – O que é água pra vc? Condutor universal da vida, parte essencial, água é vida, morte e movimento, água é viva e bênção, água é sagrada, música, poesia, símbolo da não violência, união, profundidade; 2 – Que cuidados precisamos ter com as águas? Maior sensibilização, fazer sua parte, não tratar como recursos mas como um bem, sentimento de pertencimento, mobilização e trabalho de base, participação no planejamento da gestão da bacia, resgatar valores e conhecimentos tradicionais, contar com órgãos públicos, trocar experiências, divulgar problemas locais dos rios, integrar gestão rural e urbana; 3 – Como mobilizar a vontade? Saber de onde vem e de onde vai a água, motivação pelo incômodo, "choque" (no sentido de imagens/informações para a sensibilização do indivíduo) e vídeos, usar bacia hidrográfica como unidade, partir do próximo para o distante, levantar histórico do território, apresentar resultados positivos de outros locais, mudança.

5. Círculo em Diálogo: "Na Terceira Margem do Rio: o papel da educação e processos de aprendizagem na relação com a água". Palestrante: Marcos Sorrentino – USP/MEC

Marcos iniciou dizendo que as atividades do evento que antecederam sua fala trazem diversos elementos para discutir o papel da educação e processos de aprendizagem na relação com a água, mas que há lacunas, as quais seriam abordadas em sua palestra.

Destacou a importância dos conselhos, dos comitês e das conferências, mas disse que o CONSEMA aprovou regulamentação da Política de Educação Ambiental do Estado de São Paulo ignorando as pessoas que participaram do processo de construção, tiveram seu trabalho ignorado e não foram informadas nem sobre o fato de que o tema estava em discussão no conselho. Também comentou que as conferências de meio ambiente ainda precisam melhorar no que diz respeito à sua implementação e que esses espaços de participação ainda são insuficientes, sendo que é necessário pensar o processo educador.

Discutiu que, em eventos como este, é evidenciada a importância da capacitação e da divulgação e raramente se fala em educação. A estruturação dos processos educadores ocorre por meio do desenvolvimento de técnicas mais adequadas para se preparar conteúdos a serem transmitidos para a “plebe ignorante”, na contramão do que Paulo Freire dizia.

Processo educador, segundo Marcos, exige alguns pré-requisitos. O primeiro deles é o diálogo com todos e com cada um dos envolvidos no processo educador. Nesse sentido, parabenizou a organização do evento por buscar metodologias que estimulem o protagonismo dos participantes e não simplesmente a sua recepção passiva de informações.

Ele disse que é fundamental tratar a questão ambiental em sua complexidade. Provocou: “Como queremos o compromisso das pessoas se elas não comem e não tem água?”. Contou que uma vez aconselhou a Dilma a levar uma proposta em um encontro internacional: que todos os países assumissem o compromisso de reduzir em 50% os gastos em programas militares e utilizar estes recursos para o combate à fome, melhoria da educação... Seria um ato simbólico para se dar valor ao que realmente precisa ser valorizado. Marcos contou que sua sugestão foi ignorada, claro.

Falou da importância de se mobilizar a utopia, o sonho, propiciar condições para que as pessoas enunciem suas utopias, como nas oficinas de futuro, em que os participantes identificam seus sonhos e depois os problemas. Segundo ele, isso é fundamental para que haja real envolvimento das pessoas.

Destacou que se deve buscar estabelecer uma comunicação dialógica, não ser prescritivo. Defendeu que a educação ambiental, para ser transformadora, precisa evitar ser prescritiva (faça isso, não faça isso) e buscar o verdadeiro diálogo (“escutatório”), no qual cada um coloca em suspenso os seus pressupostos (sem omiti-los) de forma a tornar-se aberto a ouvir as ideias diferentes.

Nessa perspectiva, é preciso revisitar as técnicas, pois, segundo ele, até no curso EAD é pode-se construir processos dialógicos, estimulando as pessoas a mapearem sua realidade, problematizarem-na... A primeira reação dos educandos é escrever ideias dentro do senso comum, o papel do educador é ir mais fundo.

Marcos citou a importância de um relacionamento “eu-tu” (no qual eu “me perco” no outro) e não “eu-isso” (descritivo), conforme colocado por Martin Buber. Disse que temos muitos desafios a enfrentar, como as mudanças climáticas, desastres naturais e inclusive o “medo de futuro roubado”. Comentou que alguns autores colocam a crise ambiental como a “crise do medo”. Sobre o tema, indicou o livro “As consequências da modernidade” (Anthony Kiedis) e o vídeo “Futuro roubado”.

Disse que a OCA/ESALQ eles utilizam os seguintes conceitos como base nas ações educativas: comunidade, diálogo, identidade, potência de ação e felicidade. Sobre a felicidade, termo que costuma causar estranheza nas pessoas, falou que é preciso rediscutir este conceito, que está intimamente ligado ao consumo.

Falou da importância da construção coletiva de projetos políticos pedagógicos, coletivos educadores e trabalhar todos os públicos, não só as escolas. Disse “Não podemos jogar tudo nas costas dos professores e das crianças”. Provocou: “Como criar mecanismos para influenciar prefeitos?”.

Defendeu que são necessários não somente projetos pontuais, mas pactuar um novo projeto de sociedade, valorizando o papel de cada um. Comentou inclusive sobre a importância da universidade se envolver no processo, valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na discussão após a palestra, foi perguntado se há proposta de retomar a política dos coletivos educadores (Marcos disse que sim) e se a atuação do MEC em EA se limita às conferências. Marcos disse que há muito a melhorar nesse sentido e que fez uma proposta de criar uma diretoria de EA no MEC, mas ainda não conseguiu implementá-la, pois tem que ser aprovada pelo parlamento.

Também foi comentado sobre a importância de incluir a EA e os conceitos de bacia hidrográfica e comitê no documento da Conferência de Educação e sobre a importância de trabalhar a EA integrada com o contexto, não como disciplina isolada.

Marcos informou que no dia 20 de setembro será realizada uma manifestação nacional contra os retrocessos ambientais e indígenas no Brasil, nos níveis municipais, estaduais e federal.

6. Formação a partir do diálogo (Atividades Simultâneas)

Foram realizadas quatro atividades simultâneas e depois socializados os resultados.

Ficamos responsáveis pela atividade “Experiências e desafios das Câmaras Técnicas e/ou Grupos de Trabalho de Educação Ambiental em Comitês de Bacia Hidrográfica e Conselhos de Recursos Hídricos”, a qual foi desenvolvida na seguinte sequência: apresentação dos participantes; apresentação dos objetivos e da estrutura da oficina; trabalhos em grupos; socialização dos trabalhos dos grupos; apresentação “Os 10 anos da CT-EA dos Comitês PCJ: principais linhas de ação, conquistas, lições aprendidas, desafios e ações em planejamento/desenvolvimento”; sistematização e discussão dos resultados.

Nos trabalhos em grupos, foram formados dois grupos: um com representantes dos CBHs e conselhos que possuem espaço específico de educação ambiental e outro com os que não possuem. Cada grupo recebeu um conjunto de questões norteadoras, as quais foram discutidas e os resultados foram apresentados. Foi entregue também um questionário a cada participante, sobre questões gerais referentes ao comitê que participam.

Estiveram presentes 34 participantes de 8 estados diferentes (SP, MG, TO, ES, RS, DF, RJ, MT), sendo que aproximadamente metade afirmou participar de CBH/Conselho que possui espaço específico de educação ambiental (apenas 4 afirmaram não ser CT, mas GT) e todos os que participam de CBHs/Conselhos que não o possuem consideraram que a criação de tal espaço fortaleceria a EA nos mesmos. A maior parte do(a)s CTs/GTs foi criada entre 2010-2011 (7), 2 em 2004 e um(a) por ano em 1996, 2003, 2005, 2008 e 2012, sendo que somente cerca

de metade dos participantes considera que a EA é bem compreendida pelos demais membros do CBH/Conselho dos quais fazem parte.

Em relação aos CBHs/Conselhos que não possuem CT/GT de EA, foram citadas as seguintes atividades de educação ambiental: caminhada ecológica, gincana ecológica (limpeza das praias), limpeza do corpo d'água, expedição ao longo da bacia, publicação, oficinas educativas, recuperação da vegetação. Outra resposta citada foi: “Não há ações de EA nos conselhos e comitês”. Com isso, chegamos ao consenso de que, nesses casos, as ações de EA são desenvolvidas isoladamente, não são realizadas ações integradas de EA nos conselhos e comitês.

O grupo concluiu que não há desvantagens em se criar um espaço específico de EA no CBH/Conselho, apenas vantagens, principalmente no que diz respeito à sistematização, planejamento, otimização e continuidade das ações de EA.

Quanto às principais linhas de ação do(a)s CTs/GTs de EA nos CBHs/Conselhos de Recursos Hídricos, foram citadas as seguintes: qualificação e mobilização para a capacitação dos membros das CBHs e CTs/GTs de EA; produção de publicações sobre os planos de bacia para apoiar a disseminação do conhecimento; EA no licenciamento ambiental; contribuições na elaboração e revisão dos Planos das Bacias; análise de projetos; monitoramento e avaliação das ações de EA na bacia; desenvolvimento de produtos educacionais; interação com escolas e comunidades (associações comunitárias); e organização social e parcerias com escolas, comunidades e universidades para desenvolver a EA.

Como desafios e lições aprendidas, foram identificado(a)s o(a)s seguintes: encontrar membros dispostos a compor a CT (para os CBHs sem CT/GT); ter metas claras; obter recursos financeiros para a EA; superar problemas burocráticos para acesso a recursos; implementar uma política local/regional de EA; sensibilizar os membros dos CBHs e a comunidade; aproximar a CT-EA das Diretorias de Ensino e demais órgãos públicos; integrar a CT-EA com as demais instâncias dos CBHs (principalmente com a Secretaria Executiva e demais CTs); utilizar linguagem e meios de comunicação adequados nas ações de EA; estabelecer parcerias com a área da educação/professores e universidades; dar transparência ao processo de gestão e realização de projetos; promover a participação dos CBHs (inclusive das CTs/GTs de EA) na análise de empreendimentos em licenciamento ambiental, propondo diretrizes para programas de EA a serem executados por instituições com conhecimentos e experiências na área; desenvolver um plano de trabalho anual.

Foi citada uma conquista de um dos CBHs de ter uma porcentagem dos recursos do FEHIDRO para investimento em projetos de educação ambiental construídos pela CTEA, de forma a superar o desafio referente ao acesso a recursos financeiros.

Na socialização dos resultados das atividades simultâneas, foram apresentados os seguintes:

- Saberes Indígenas e Interculturalidade na Gestão de Águas (Ricardo Burg e Thiago Fiorott - FUNAI e CTCI/CBH Doce): foram apresentadas algumas práticas culturais dos povos indígenas (fez-se, inclusive, uma dança circular própria da cultura de um dos povos ali representados) e enfatizada a importância dos indígenas e demais comunidades tradicionais participarem ativamente dos CBHs. Para isso, é necessária tanto uma preparação desses povos quanto dos próprios CBHs, para dialogarem.
- Mídias livres e Ciberativismo: desafios e possibilidades de comunicação e participação em rede na era digital (Gian Martins e Livia Portela – Coletivo FORA DO EIXO): foi

discutido que é preciso utilizar melhor as ferramentas tecnológicas de comunicação na educação ambiental e gestão de recursos hídricos. O grupo informou que criou uma página no Facebook do encontro;

- Sessão Painéis: Compartilhando Experiências Emblemáticas da Bacia do Rio Doce. Moderação: Marco Antônio de Carvalho (Presidente da CTCI/CBH Doce). Experiências apresentadas: Instituto Xopotó, Instituto TERRA, FONASC, CBH Guandu, CBH Manhauçu. Foi feito um breve resumo dos relatos.

7. Círculo em Diálogo: Políticas Públicas de Educação Ambiental para a Governança das Águas nas Bacias Hidrográficas (Renata Maranhão – DEA/MMA, Ana Luíza Dolabela – SEMAD/MG, Ulisses Louzada Mantovani - IEMA-ES e Jair – Cultivando Água Boa/ITAIPU Binacional)

Ana Luíza Dolabela (SEMAD/MG) falou da necessidade de integração entre a área técnica e educacional, sem esquecer de nenhum dos lados. Destacou a importância dos fóruns, CIEAs, CBHs, da gestão municipal e da realização de diagnósticos participativos.

Ulisses Mantovani (IEMA/ES) disse que muitas vezes as políticas estaduais de recursos hídricos e de EA não conversam entre si e que muitas perspectivas não são consideradas, com as dos povos tradicionais. Na criação de áreas protegidas, muitas vezes se ignora que aquela área só está em vias de ser oficialmente protegida porque foi conservada historicamente por aqueles povos que ali viviam, os quais são excluídos do processo e arcam com os ônus referentes à criação da unidade.

Jair Kotz (Itaipu Binacional), por sua vez, apresentou o projeto “Cultivando Água Boa”, que utiliza diversas metodologias participativas de educação ambiental, envolvendo toda a comunidade e trabalhando a EA com foco na água e nas mudanças climáticas, utilizando principalmente as oficinas de futuro e fomentando a criação de coletivos educadores.

Segundo Jair, os currículos dos cursos oferecidos são construídos com a comunidade e o projeto também contempla a construção de cisternas nas escolas, hortas, recuperação de passivos ambientais, recuperação de estradas, plantio de mata ciliar (com 30m de largura)...

Ele informou que já foram recompostos 1.322km de matas ciliares, constituindo corredores de biodiversidade, o que provocou o retorno da população de abelhas e a produção de mel. Jair comentou que cerca de 1000 agricultores e 275 famílias indígenas (de três diferentes comunidades) estão envolvidos no projeto, que contempla também o cultivo de plantas medicinais e a produção de peixes, a coleta solidária e diversas ações ambientais com a juventude.

Renata Maranhão (DEA MMA), por fim, iniciou sua explanação contextualizando a questão ambiental como fruto de um modelo de desenvolvimento insustentável que causa escassez de recursos naturais, colabora para as mudanças climáticas e acesso desigual aos recursos naturais. Por outro lado, a questão ambiental conta hoje com um marco legal expressivo, com fóruns e colegiados, bem como com diversas ferramentas, inclusive de comunicação virtual.

Comentou que a Resolução CNRH nº 98, de 26 de março de 2009 estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Segundo Renata, a resolução prevê que os processos de capacitação sejam construídos com a população, de forma dialógica, e que a comunicação tenha como referência a educomunicação, que contempla a produção de conhecimentos pelos diversos atores e em diversas linguagens (não simplesmente receber informações, mas participar do processo de produção dessas informações).

Destacou a importância da EA na preparação das pessoas para tomada de decisão e para participação nos processos de gestão, bem como na problematização da realidade e desenvolvimento da criticidade, fortalecimento dos processos e ações locais, promoção do debate sobre as questões ambientais e desenvolvimento de processos de comunicação.

Citou a necessidade de desenvolvimento de indicadores de avaliação da EA e de uma melhor compreensão do que é a EA: há tanto pessoas que desenvolver ações de EA e não têm consciência disso quanto aquelas que dizem que fazem EA, quando na verdade apenas distribuem materiais prontos, sem um processo de formação e mobilização.

Nesse contexto, destacou o papel das políticas públicas na definição de diretrizes e princípios que promovam a organicidade das ações, o fortalecimento dos entes do SINGREH, o fomento e a animação das redes e coletivos e o acompanhamento, a avaliação e a definição de indicadores. Dessa forma, segundo Renata, será possível criar uma cultura da sustentabilidade e formar comunidades de aprendizagem.

Ela enfatizou a importância da integração dos ministérios/secretarias de meio ambiente com o(a)s demais.

8. Palestra: História do Controle e do Uso da Água na Ouro Preto dos Séculos 18 e 19 e suas implicações para o século 21” Prof. PhD. Alberto Fonseca (UFOP)

Alberto defendeu a importância de se inserir a variável “água” na história e cultura de Ouro Preto e apresentou os resultados de uma pesquisa que realizou nesse sentido, utilizando métodos típicos da História Ambiental, que incluíram a consulta a arquivos, realização de entrevistas e inspeções de campo, com foco no uso da água na mineração e no saneamento.

Os resultados da pesquisa foram:

- A necessidade de re-contextualização da “descoberta do ouro” como um marco na gestão das águas no Brasil, pois naquela época já haviam regras para o uso da água nessa atividade.
- A revelação da épica relação entre água e mineração no período colonial, pois naquela época, se dizia que “Sem água de nada vale uma serra de ouro” e há relatos de conflitos verbais e armados pela água nesse contexto.
- A valorização das ruínas minerárias utilizadas no manejo da água como atrativos turísticos.
- Ampliação e correção da História da Regulação e Gestão das Águas no Brasil, pois sempre esteve presente a regulação do uso da água e a evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil não começou no século XX, já existia gestão regulada no século XVIII (Regimento dos superintendentes e guardas-mores). Em 1920, já existia a “provisão de águas”, que corresponderia a um “embrião” do que chamamos hoje de “outorga”: os guardas-mores deveriam repartir as águas conforme a possibilidade dos que mineravam e ninguém poderia se apropriar da água dos córregos sem licença por escrito. Essas medidas buscavam garantir o desenvolvimento econômico. Além disso,

havia um “embrião” da “cobrança pelo uso da água”, pois nos chafarizes particulares, nos séculos XVIII e XIX, se pagava por “pena d’água”, ou seja, proporcional à abertura da torneira.

- Revelação de detalhes técnicos, culturais, técnicos, administrativos e estéticos do sistema de águas e esgotos de Ouro Preto, como um “embrião” de ETE (tanque de desinfecção), que poderia se transformar em museu.
- Construção do maior inventário mapeado de chafarizes públicos, privados e demolidos de Ouro Preto já realizado, o qual poderia ser utilizado na elaboração de um roteiro educativo.
- Alerta e subsídios para a inclusão de obras hidráulicas e sanitárias nas políticas de preservação e valorização patrimonial, com incentivos para a criação de museus e outras formas de valorização desse patrimônio.

9. De volta pro meu pedaço: planos e compromissos

No último dia do evento, os participantes refletiram, individualmente e depois com os colegas dos seus estados, sobre o que trouxeram para o evento, o que vão levar para as suas regiões e como pretendem aplicar esses elementos em sua realidade, considerando curto e médio prazos. A avaliação do evento foi bastante positiva e todos destacaram sua contribuição para os comitês de bacia, tanto os que estão de formando quanto os mais estruturados, de forma a compreender que a educação ambiental tem um papel fundamental na gestão de recursos hídricos. Discutiu-se, em todo o evento, que o grande desafio é superar a visão de que a educação ambiental teria o papel apenas de transmitir conhecimentos, divulgar o que o CBH está fazendo e distribuir materiais educativos/comunicativos prontos. Nesse sentido, enfatizou-se a necessidade valorizar cada vez mais o diálogo, a reflexão crítica e os processos participativos de construção e troca de conhecimentos e experiências relativas aos recursos hídricos.